

**OS FUZIS  
E AS FLECHAS  
HISTÓRIA DE  
SANGUE E  
RESISTÊNCIA  
INDÍGENA NA  
DITADURA**

**COLEÇÃO  
ARQUIVOS  
DA REPRESSÃO  
NO BRASIL**

**RUBENS  
VALENTE**

COORDENADORA DA COLEÇÃO  
**HELOISA M. STARLING**

---

COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2017 by Rubens Valente

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Kiko Farkas e Ana Lobo/Máquina Estúdio

FOTO DE CAPA

Paulo Suess/ Acervo CIMI

PREPARAÇÃO

Cacilda Guerra

ÍNDICE REMISSIVO

Luciano Marchiori

REVISÃO

Isabel Cury

Silvana Salerno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Valente, Rubens

Os fuzis e as flechas : história de sangue e resistência indígena na ditadura / Rubens Valente.  
– 1ª ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 2017.

Bibliografia

ISBN: 978-85-359-2711-5

1. Brasil – Política e governo – 1964-1985
2. Ditadura – Brasil – História 3. Golpes de Estado – Brasil
4. Índios da América do Sul – Brasil – Relações com o governo
5. Militarismo – Brasil 6. Povo indígenas – Brasil – História
7. Reportagem I. Título.

---

16-09327

CDD – 981.063

Índice para catálogo sistemático:

1. Povos indígenas na ditadura militar : Brasil : História 981.063

[2017]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3707-3500

[www.companhiadasletras.com.br](http://www.companhiadasletras.com.br)

[www.blogdacompanhia.com.br](http://www.blogdacompanhia.com.br)

[facebook.com/companhiadasletras](https://facebook.com/companhiadasletras)

[instagram.com/companhiadasletras](https://instagram.com/companhiadasletras)

[twitter.com/cialetras](https://twitter.com/cialetras)

*Inúmeras, no mar da eternidade,  
As gerações humanas vão caindo;  
Sobre elas vai lançando o esquecimento  
A pesada mortalha.*

*Da agitação estéril em que as forças  
Consumiram da vida, raro apenas  
Um eco chega aos séculos remotos,  
E o mesmo tempo o apaga.*  
Machado de Assis, "Americanas", 1875

## **INTRODUÇÃO 9**

- 1. URUBUS 13**
- 2. UM VAZIO 23**
- 3. ESCÂNDALO 34**
- 4. A CRUZ 47**
- 5. NAS SUAS MÃOS 62**
- 6. FARDADOS 73**
- 7. COVEIRO 86**
- 8. A MARCHA 107**
- 9. TRINCHEIRAS 127**
- 10. CAMINHO GRANDE 140**
- 11. IRREVERSÍVEL 161**
- 12. CICATRIZ 179**
- 13. COMO SE FOSSE  
UM NEGATIVO 194**
- 14. ESTE BELO PAÍS 202**
- 15. INFAMANTE 213**
- 16. O GRITO 227**

**17. PERSONA NON GRATA 238**

**18. OSSOS E PENAS 251**

**19. “OUTRO TIPO DE LUTA” 261**

**20. DEPORTADOS 275**

**21. UM MOINHO FERROZ 302**

**22. A ESPINHA 310**

**23. LEVANTE 324**

**24. A SOCIEDADE 333**

**25. A PALAVRA 344**

**26. UM GOSTO AMARGO 357**

**27. PISTOLEIRO AVÁ 363**

**EPÍLOGO (TALVEZ UMA VITÓRIA) 382**

**AGRADECIMENTOS 396**

**ENTREVISTADOS E**

**LOCAIS DAS ENTREVISTAS 399**

**NOTAS 402**

**CRÉDITOS DAS IMAGENS 477**

**ÍNDICE REMISSIVO 479**

# INTRODUÇÃO

**QUANDO UM GRUPO DE OFICIAIS MILITARES, APOIADO POR DIVERSOS** setores civis, derubou o presidente João Goulart por meio de um golpe de Estado em 1964, o governo nem sabia ao certo quantos índios havia no país. Estimava entre 70 mil e 110 mil o número de “aldeados”, isto é, os que viviam em terras demarcadas sob jurisdição e controle da União. Alcançados ao longo de séculos por atividades predatórias, como garimpos e desmatamentos, ou pelos projetos oficiais de desenvolvimento econômico e de ocupação do solo, esses grupos de índios já haviam decidido fazer as pazes com o homem autodenominado “civilizado”, vencidos pelos massacres, pelas doenças e pela fome, acabando por reconhecer sua inferioridade numérica e a inutilidade de suas bordunas, seus arcos e flechas diante de armas de fogo, por fim aceitando a derrota para tentar sobreviver em um novo mundo com novas regras. Mas o número real de índios no país era muito maior. Havia milhares deles habitando as matas, com contatos nulos ou intermitentes com ribeirinhos, caçadores de animais, desmatadores. Vez ou outra esses índios “arredios” ou “hostis”, como então eram denominados, davam as caras, atacando ou reagindo ao assédio dos não índios que se posicionavam nas franjas do desenvolvimento e invadiam terras sabidamente de domínio indígena. Em reação a essas rusgas e massacres, as forças políticas locais costumavam recorrer à ajuda dos “amansadores” de índios, os servidores do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e de sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio (Funai), para que operassem a paz, localizando e convencendo os índios a largar suas armas. Enquanto os índios não fossem “pacificados”, os fazendeiros, garimpeiros e madeireiros sempre podiam recorrer às “correrias”, verdadeiras caçadas humanas nas matas, muitas vezes resultando em covardes massacres. Nesse sentido, ao agir contra a bárbara atividade, o SPI e a Funai exerceram o nobre papel de impedir o genocídio.<sup>1</sup> Os “arredios” representavam um enorme desafio para o Estado. Era necessário decidir quando e com que meios contactá-los a fim de alcançar o objetivo maior do governo militar, que era a integração do índio à sociedade nacional.

Segundo a ótica oficial da época, os indígenas conhecidos representavam entre 0,08% e 0,13% da população geral brasileira estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1964.<sup>2</sup> O baixo registro oficial não pode explicar e muito menos justificar o limbo a que foi lançado o interesse a respeito de como a ditadura tratou os indígenas ao longo de 21 anos de poder. Até pouco tempo atrás, eram inexistentes as referências ao assunto nas ações do palácio do Planalto sobre o período. Os governos de José Sarney (1985-90), Fernando Collor (1990-2) e Itamar Franco (1992-5) nem sequer abordaram o tópico. No de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), leis e comissões criadas para conceder indenizações a perseguidos, mortos e desaparecidos políticos nunca estabeleceram a possibilidade de estender sua atenção para os indígenas. Em 2007, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-11), a publicação *Direito à memória e à verdade*, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, não trouxe uma única referência às violações de direitos dos índios em suas 502 páginas. Em dezembro de 2014, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada pela presidente Dilma Rousseff (2011-6), incluiu um capítulo sobre os indígenas. Embora atrasado e com falhas, tratou-se de pioneiro esforço estatal para jogar alguma luz sobre os eventos. Todavia, o desdobramento do relatório foi nulo. Por exemplo, uma medida de fácil execução indicada no documento, o mero pedido público de desculpas da União pelos erros cometidos, não havia saído do papel até a conclusão deste livro em janeiro de 2017. Só em 2014 a Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, autorizou a primeira indenização a um grupo de índios, os Suruí do Pará. Houve outras indenizações e compensações pontuais ao longo dos anos, mas sempre advindas de ações judiciais movidas tanto pelo Ministério Público quanto por organizações não governamentais em conjunto com os índios, não por iniciativa do poder central em Brasília.

Também são poucos os livros que tiveram por foco específico a relação entre índios e militares no período 1964-85, destacando-se *Vítimas do milagre* (1978), de Shelton H. Davis, e *Nossos índios, nossos mortos* (1978), de Edilson Martins, além do fascinante *Die If You Must* (2003), de John Hemming. Ressalte-se que as duas primeiras obras — assim como uma ampla e vibrante produção jornalística da época — foram escritas ainda no calor dos acontecimentos e que o livro de Hemming trata da trajetória dos índios ao longo de todo o século passado. Nenhuma delas teve acesso aos documentos escritos sob sigilo pelos militares e que só começaram a ser liberados à pesquisa nos anos 2000. Antropólogos, indigenistas e acadêmicos produziram inúmeros e impressionantes trabalhos de fôlego sobre diversas etnias, mas os textos costumam se estender por toda a trajetória do grupo, não se fixando nos anos militares.

As principais narrativas a respeito do golpe e do período militar não tiveram o índio como foco principal, o que poderia dar a impressão de que a política repressiva adotada em diversos momentos pelos militares passou em branco nas aldeias indígenas. Na realidade, poucos grupos humanos no país dependiam de forma tão direta da

política dos militares para garantir sua sobrevivência quanto os índios. As leis em vigor estabeleciam a tutela especial sobre o índio, exercida pelos inspetores do SPI, então subordinado ao Ministério da Agricultura. Uma lei de 1962 dizia que os índios eram “incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer”. O SPI enfrentava grandes dificuldades para se fazer presente. Na época do golpe, o órgão contava com apenas oitocentos servidores públicos espalhados entre 105 ou 126 postos indígenas, na sede central e nas representações do SPI nas capitais dos estados.<sup>3</sup>

Descrever como o Estado brasileiro sob comando militar deu cabo de suas duas tarefas básicas (cuidar do índio aldeado e contatar o “arredio”) é a preocupação central deste livro. Ao ampliar a bibliografia do tema, ele pretende colaborar para a reflexão sobre os anos de chumbo.

Este livro, apurado e escrito entre outubro de 2013 e setembro de 2015, é também o resultado da experiência e das histórias por mim acumuladas ao longo de 26 anos de reportagem para jornais de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, período em que conheci cerca de trinta terras indígenas, dentre as quais yanomami, terena, guarani, nambikwara, tapirapé e xavante. Conheci um índio pela primeira vez muito antes de virar jornalista, aos doze anos, em 1982, nos estertores da ditadura, quando passei a morar com minha família em Dourados, em Mato Grosso do Sul, a cerca de cinco quilômetros da maior terra indígena urbana do país. Os índios guarani eram parte do cotidiano da cidade. Numerosas famílias saíam da aldeia em carroças carregadas sobretudo de milho e mandioca, quase sempre acompanhadas de um esquálido cachorro de estimação. Cedo batiam palmas nas casas dos douradenses, procurando fazer comércio. Alguns pediam esmola ou pão para comer. Ao final do dia, iniciavam seu lento regresso à aldeia, a pé, de bicicleta ou em dezenas de carroças pela avenida Presidente Vargas. No começo das manhãs, ao caminhar para a escola, não raramente eu encontrava pelo caminho um índio caído, derrubado pelo álcool da noite anterior. Impressionavam as bebedeiras, as condições insalubres em que viviam, a desnutrição e as dificuldades de sobrevivência desses índios, mas eles também nos davam uma lição de humildade e persistência. Eram a expressão de um modo de vida tão diferente quanto desafiador. Que atraía todo tipo de preconceito, imprecisões e comentários negativos dos moradores locais, mas também atos de solidariedade e tolerância. Esse modo de vida estaria ainda mais deslocado num país comandado por oficiais militares criados sob as rígidas regras da caserna. Comandantes militares propugnavam que o caminho natural dos índios seria a integração à “civilização” — ou seja, esperavam que eles simplesmente deixassem de ser índios.

Como repórter a partir de 1989, voltei à terra de Dourados e estive em muitas outras aldeias. Nessas viagens, algumas histórias da época da ditadura, contadas aqui e

ali, me desafiavam a uma pesquisa mais aprofundada. Essa possibilidade enfim apareceu entre 2013 e 2014, quando percorri terras indígenas em dez estados brasileiros e entrevistei mais de oitenta pessoas, entre índios, sertanistas, indigenistas, antropólogos e missionários. As apurações de campo foram reforçadas com a leitura de milhares de páginas de documentos cujo sigilo foi desclassificado em especial a partir de 2008. Na Coordenação Regional do Arquivo Nacional de Brasília, copiei e li um total de 11786 páginas, fotografadas uma a uma, que formam um acervo de 187 dossiês produzidos pelo braço do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Funai sobre pessoas, instituições e assuntos. Nos arquivos do Núcleo de Documentação (Nudoc) do Departamento de Proteção Territorial (DPT) e do Serviço de Gestão Documental (Sedoc) da sede da Funai, em Brasília, copiei e consultei perto de 6 mil páginas que formam inúmeros processos de demarcação de terras indígenas no país. Tive acesso a documentos do Museu do Índio, no Rio, da prelazia de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, da Universidade Federal da Grande Dourados, do Arquivo Público de Cuiabá e do Instituto Socioambiental (ISA), de São Paulo.

A pesquisa descortinou um quadro desolador. Páginas de documentos oficiais, por décadas sigilosas e enfim deixadas ao alcance dos pesquisadores, revelam desfechos cruéis para operações do governo. Sua leitura levantou também indagações sobre as contradições de um Estado que, sob o argumento de proteger, acabou matando e destruindo. Mas também algumas vezes evitando o etnocídio.

Se a trajetória dos povos indígenas na ditadura fosse considerada apenas um aterrorador caso sobre vidas desperdiçadas, creio que seria um bom resumo. Mas ela é muito mais complexa do que isso. Repleta de tragédias, derrotas e também vitórias, é uma das jornadas mais surpreendentes e dramáticas do século passado no país. É a história de como pequenos grupos humanos enfrentaram, às vezes com violência, às vezes com estoicismo, uma força dominante mais poderosa, que pretendeu, com esforço calculado, subjugar-los e empobrecê-los sob a promessa de uma vida melhor. É também a narrativa de como uma porção de indígenas, servidores públicos, missionários e antropólogos, muitas vezes em desafio aberto à ditadura, correu sérios riscos para pôr em dúvida e se possível interromper um avanço econômico que não considerasse as ricas nuances de culturas e homens diferentes da maioria da população, a fim de preservá-los da extinção. Por fim, é a descrição de como o Estado brasileiro, com suas imensas dificuldades, também conseguiu salvar indígenas do extermínio, ainda que nesse processo tenha manifestado uma incúria e um menosprezo notáveis, que acabaram por ceifar centenas de preciosas vidas.



# 1. URUBUS

**ANTONIO COTRIM SOARES SERIA DAS PESSOAS MAIS IMPROVÁVEIS** a trabalhar para o governo dos militares que haviam deposto João Goulart. Em 1964, ele era um jovem estudante de Maceió envolvido com a organização das Ligas Camponesas, grupos de trabalhadores rurais que levaram o tema da reforma agrária à agenda política nacional. Embora filho de um bem situado comerciante local e sem filiação partidária, dizia ter “ideias socialistas, de esquerda” e se sentia “ligado com os caras do Partido Comunista”. Ajudava a planejar uma grande invasão “de mais de sessenta fazendas” de um rico proprietário de usinas de açúcar, o deputado federal e homem de televisão Rubens Berardo Carneiro da Cunha. As Ligas infiltraram peões remunerados nas fazendas para “conversar com as pessoas e montar as bases”.<sup>1</sup> Cotrim algumas vezes também serviu de motorista do líder Francisco Julião quando este apareceu em Maceió. Nada mais distante, portanto, do que as fardas e botas que marcharam sobre Brasília.

Com o golpe, os ambiciosos planos de Cotrim e seus aliados ruíram. Ele se escondeu num apartamento até a poeira baixar e o pessoal das Ligas se dispersar. Reunidos semanas depois, falaram em organizar luta armada e resistir. Cotrim não gostou da conversa, achou que estavam todos desorientados. Chegou-lhe a informação de que um grupo de peruanos estava organizando guerrilhas perto da fronteira com o Brasil. Decidiu rumar para lá para se juntar aos guerrilheiros. Sua ideia era seguir em caronas de avião, mas só conseguiu chegar até Belém. Lá, descobriu que seu contato na cidade, um trotskista, estava desaparecido desde o golpe. Sem dinheiro para pagar a pensão em que se enfiou, Cotrim desistiu do Peru e começou a procurar emprego para sobreviver. Viu num jornal o anúncio de que um certo Serviço de Proteção aos Índios estava procurando pessoal para trabalhar. Cotrim foi ao endereço indicado para saber o que era e o que fazia aquele SPI. Afinal de contas, ele nunca havia visto um índio na vida.

No escritório local do SPI, Cotrim conheceu os sertanistas Telésforo Martins Fontes e seu filho, Osmundo Antônio dos Anjos. Osmundo contou-lhe que iria comandar uma expedição para contatar índios “hostis” na região de Porto de Moz, no Pará, na

beira do rio Xingu e perto da divisa com o Amapá, que estavam em conflito com moradores locais. Ali viviam grupos de indígenas conhecidos como Kararaô.

Tratava-se de um subgrupo da etnia kayapó, que protagonizava choques em outra área do estado. Em uma entrevista concedida nos anos 1970, o sertanista Francisco Meireles diria que em 1964 os Caiapó da região de Altamira “eram considerados terríveis pela população”. Eram “índios perigosos, matavam os civilizados e aprisionavam as mulheres e, inclusive, várias moças foram raptadas tão cedo que acabaram por se integrar na vida da tribo. Quando lá cheguei eles tinham matado dezessete seringueiros”.<sup>2</sup>

Cotrim ouviu que “o SPI não tinha dinheiro e que o governador do Pará, Jarbas Passarinho, ia financiar a expedição”. Em junho de 1964, a ditadura havia derrubado o governador do estado, Aurélio do Carmo, e empossado em seu lugar o então tenente-coronel Passarinho.<sup>3</sup>

Telésforo explicou que a expedição era pobre e estava com dificuldades para pagar salários. O alagoano aceitou ser um “voluntário”, sem remuneração. Telésforo aprovou a ideia, pois viu que Cotrim, além de saber datilografia, também gostava do escritor Jorge Amado, seu conterrâneo. Ele queria que, na viagem, o jovem aproveitasse para ensinar ao seu filho quem era o grande romancista baiano.

Cotrim tinha um problema: não podia sair da pensão sem pagar os quinze dias de hospedagem que devia. Suas posses se resumiam a um saco de viagem, duas mudas de roupa e alguns livros. Para resolver o problema, o pessoal do SPI simulou a prisão dele. O escritório por acaso tinha uma Rural, o mesmo modelo de carro usado pela polícia. Conforme combinado, o motorista parou o carro na frente da pensão e gritou para a dona do local que o hóspede estava preso e tinha que sair com todos os seus pertences imediatamente. Ordem cumprida, dali seguiram direto para o porto, de onde saíria a expedição de barco. Partiram Osmundo, Cotrim, o sertanista Afonso Alves da Cruz, que se tornaria um dos mais conhecidos na história da Funai, o índio xikrin Itakaiúna e um telegrafista.

O método adotado pela expedição era o mesmo das outras feitas no país desde os tempos do marechal Cândido Rondon (1865-1958). Criava-se uma frente de atração, que funcionava assim: os sertanistas distribuíam presentes aos índios; esperava-se que estes passassem a retribuir os presentes, na fase chamada de namoro; na terceira fase, os índios convidavam os sertanistas para conhecer suas malocas; a quarta fase, de consolidação de “pacificação”, constituía-se no estabelecimento de um acordo pelo qual, em resumo, “civilizados” e índios concordavam em não matar mais uns aos outros (muitas vezes esse diálogo não era feito às claras, pois os índios praticamente se entregavam aos benefícios representados pelos presentes dos “civilizados” da Funai); por último, os índios “pacificados” eram então agregados e entregues aos cuidados de funcionários de um posto, que se encarregava de dar a eles atendimento de saúde e alimentação e ensiná-los métodos de agricultura dos “civilizados”. Assim, os índios deixariam de atacar e

matar vizinhos ou trabalhadores que passavam pela região. Estava criado um novo posto indígena para índios aldeados.

Na margem do Guajará, um afluente do rio Tapajós, a expedição encontrou um grupo de Kararaô, que os recebeu sem hostilidade. A denominação Kararaô “é aplicada a uma divisão dos kayapó setentrionais” que se distanciou do núcleo principal da etnia, conhecido como Gorotire. No século passado, os Kararaô desceram o rio Xingu e se detiveram entre o Iriri e seu afluente Curuá. Depois cindiram-se em dois grupos, um dos quais, “por volta de 1950, foi quase dizimado” por uma expedição organizada por um seringalista. Os Kararaô pouco falavam o português, usavam arcos, flechas e bordunas e pintavam o corpo com jenipapo, carvão e urucum misturado com óleo de babaçu. Os homens adultos usavam um batoque de madeira no lábio inferior.<sup>4</sup>

O contato dos índios com a expedição da qual Cotrim participava ocorreu no ano de 1965, sendo assim o primeiro do gênero do regime militar. Sua consequência foi dramática.

Quase cinquenta anos depois, em 2013, Cotrim, nascido em março de 1941, continuava um homem em excelente saúde, com um aperto de mão vigoroso e memória perfeita. É um homem formal e detalhista. Ele ainda usa uma máquina de escrever para se comunicar à distância. Ao responder ao pedido de entrevista para este livro, datilografou a resposta e pediu à filha que fotografasse a folha de papel e a enviasse anexada a um e-mail. Na lanchonete de um hotel em Maceió, Cotrim descreveu os eventos com uma franqueza notável, que outros entrevistados poderiam dispensar. Ao contrário do que se poderia esperar de alguém que viveu tantos perigos, ele não oferece a visão romantizada das aventuras na selva, mas sim a descrição amarga e crua de fatos que continuam a assombrá-lo, tantos anos mais tarde. Ele se recordou da primeira tragédia que presenciou em sua agitada vida de sertanista. E logo na primeira missão. “Eram 48 índios kararaô, fizemos contato. Morreram quase todos. Esse grupo desapareceu. Se teve sobreviventes, foram quatro ou cinco. Foi a primeira experiência que tive.”

“Mas morreram como?”, eu quis saber.

“De gripe! Não foi levado medicamento.”

Para Cotrim, o transmissor involuntário da doença foi um membro da expedição, Itakaiúna, que estava com gripe “no momento do contato”. Ele tem certeza de que não existia doença entre aqueles índios antes da chegada da expedição. Assim que houve o contato, Osmundo regressou a Belém para obter medicamentos e alimentação. Passados mais de vinte dias, quando regressou ao local, não havia mais como socorrer os índios. “Telésforo não estava mais em Belém. Belém não mandou mais nada, o dinheiro da expedição tinha acabado. Era aquela esculhambação, não enviaram remédio. Deixa-

ram a operação abandonada.” O SPI chegou a mandar um enfermeiro, mas na percepção de Cotrim isso pode ter agravado o problema, pois ele “pegava a agulha e não esterilizava direito, então a própria agulha [contaminava]”.

A crise sanitária se agravou com a falta de comida. Os Kararaô não tinham reservas de alimentos e, debilitados, não conseguiram mais caçar, pescar e nem mesmo pegar madeira seca no mato para fazer fogo. Cotrim viu um índio quebrar seus próprios arcos e flechas para fazer uma fogueira.

Muitos índios, doentes, se embrenharam na mata, o que só piorou a situação. Pela superstição deles, o problema estava naquele local, não em seus corpos, então a decisão mais correta, acreditavam, era se afastar do acampamento. Distantes da expedição, não receberam os poucos medicamentos disponíveis. Cotrim ajudou a enterrar “quatro ou seis corpos”, o restante ficou espalhado pela mata e foi sepultado depois ou pelos próprios índios ou pelos companheiros da expedição. Ele estimou quarenta mortos na epidemia.

O pessoal da expedição ficou com medo de uma retaliação, pois o índio xikrin foi flagrado explicando aos índios que os “civilizados” é que haviam levado a doença. Mas os Kararaô não tinham mais nem força física para uma vingança, segundo Cotrim. Com pouco mais de 24 anos na época, ele disse não imaginar que aquilo poderia acontecer de forma tão rápida e pediu explicações ao sertanista Afonso Cruz. O mais experiente procurou acalmá-lo. “O *Afonsinho* me disse: ‘Isso aqui é comum. No contato tal morreram tantos, lá em tal lugar também morreu.’”

Embora incapaz de justificar a trágica decisão da ditadura de incentivar uma expedição sem remédios e médicos, a informação de *Afonsinho* é verdadeira e exemplos semelhantes não faltam. Apenas cinco anos antes, no governo Jânio Quadros (1960-1), um grupo de índios da etnia pacaá-novo, hoje chamados de Wari, vivia intensas escaramuças com “civilizados”, morrendo mas também atacando e matando nas proximidades da cidade de Guajará-Mirim, em Rondônia. As preocupantes notícias chegaram ao bispo Francisco Xavier Rey, da prelazia da região, que pediu providências ao governo do território para evitar um massacre de índios. Seu braço direito, o padre Luiz Roberto Gomes de Arruda, relatou anos depois que seringalistas “organizavam expedições para o massacre de aldeamentos inteiros”. “Havia em média cinquenta a cem índios por aldeia e a ordem era exterminar até o último, não devendo ficar sequer uma criança.”<sup>5</sup>

Começou-se a preparar uma expedição com o objetivo de contatar os Pacaá-Novo e trazê-los para junto de outro grupo da mesma etnia que já havia sido contatado nos anos 1950 — grupo esse, aliás, que já estava “morrendo de tuberculose, além da gripe, enfraquecidos, desesperados de fome”.<sup>6</sup> A expedição foi montada com recursos

fornecidos pelo governador do território, Abelardo Alvarenga Mafra, pela prefeitura local e pela prelazia. Em abril, o jornal *A Província do Pará* anunciou que “o próprio presidente Jânio Quadros determinou ao diretor-geral do SPI, Tasso Villar de Aquino, a pacificação”, pois os Pacaá-Novo haviam se tornado “o terror daquela região”.<sup>7</sup>

A expedição partiu de Guajará-Mirim em 20 de maio de 1961. Passado um mês, os índios desfecharam um ataque contra o acampamento dos “civilizados”, deixando um trabalhador ferido. Dias depois, dez guerreiros apareceram pacificamente e decidiram passar a noite no acampamento, na beira do rio Ocaia. Preocupado, Arruda pediu à equipe autorização para regressar a Guajará-Mirim a fim de adquirir medicamentos — no organismo de um índio recém-contatado, uma simples gripe pode matar em poucos dias ou mesmo horas; sertanistas experientes da Funai presenciaram uma gripe evoluir para uma pneumonia fatal em apenas 24 ou 48 horas.<sup>8</sup>

O padre fez uma busca por remédios na cidade, mas não tinha o dinheiro necessário e as farmácias não eram equipadas a contento. Recorreu ao governador, em Porto Velho, mas obteve “apenas embrulhos de remédios muito escassos”. Quando conseguiu retornar ao rio Ocaia, já se havia passado mais de um mês. O padre encontrou um cenário desesperador. Os antigos membros da expedição haviam abandonado o local, pois não recebiam pagamento. As malocas estavam vazias “e os doentes esparramados pelo mato”. Em uma aldeia, o padre reuniu 39 “doentes esqueléticos, completamente prostrados”. Em outra, contou 49, alguns já com pneumonia. Com a ajuda dos índios saudáveis, carregou e reuniu cerca de noventa enfermos. Contou pelo menos dois mortos.

Nesse momento crítico, disse o padre, o agente do SPI José Fernando da Cruz, que chefiava a expedição, saiu para se encontrar com um seringalista que havia lhe prometido “uma recepção triunfal com muita cachaça e cerveja”. Antes de ir, deu ao padre uma carta “nomeando-o chefe supremo do setor todo de Pacaás-Novos”. O padre e os índios lutaram por vinte dias contra a epidemia, até que Cruz reapareceu, ordenando-lhe que regressasse para Guajará-Mirim. Quando o padre voltou ao rio, semanas depois, “a epidemia grassava novamente entre os índios, tendo morrido vários”. Levados a encontrar “civilizados” sem preparo, sem medicamentos e sem alimentação suficientes, eles, na prática, tinham sido atraídos para o próprio extermínio.

A palavra do padre foi confrontada com a do diretor do SPI Moacyr Ribeiro Coelho, em acareação feita por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional em agosto de 1963. Coelho defendeu-se dizendo, corretamente, que a expedição começou antes do governo Goulart, então em vigor, e em nenhum momento desmentiu as mortes. Meses depois da acareação, enviou um ofício ao ministro da Agricultura, no qual confirmou a tragédia que desabou sobre os índios, citando como causas “imprevisão e inépcia dos que ordenaram, organizaram e dirigiram” a expedição.

E o desastre continuou após o contato. Entre setembro e dezembro de 1962, pouco tempo depois da expedição, o sertanista Francisco Meireles esteve na região por ordem de Coelho. Até bem pouco tempo antes temidos guerreiros e hábeis caçadores, os Wari agora brigavam por comida no chão.

O fato é que o grupo de índios pacaás-novos, o último a ser atraído, estava em péssimas condições assistenciais, enfrentando o problema da fome, pois como estavam empenhados em trabalhos de lavoura, longe de suas aldeias, não tinham mais com que se alimentar. Quando nossos tropeiros procederam à distribuição de ração aos cavalos, foi com tristeza que presenciamos os índios disputando rações de milho com os animais.<sup>9</sup>

Um dos parceiros de Cotrim no contato com os Kararaô, Afonso Alves da Cruz, com menos de 1,60 metro, tem estatura inversamente proporcional ao respeito que construiu ao longo de décadas de trabalho no SPI e na Funai. Homem simples, descrito pelos colegas como íntegro, amigo dos índios e comunicativo, que ganhou grande fama entre seus pares, ele é praticamente anônimo fora da Funai. Aposentado a partir de 2009, sofreu um derrame que lhe dificultou os movimentos do lado direito do corpo, mas conservou boa memória para datas, pessoas e fatos. Perto de completar oitenta anos em 2014, tinha a locomoção prejudicada e caminhava com pequenos pulos, muito diferente do homem ativo que levou flechadas e atravessou algumas das regiões mais inclementes da Amazônia. Pelas suas contas, suportou a malária 26 vezes e viu um amigo morrer de febre amarela ao seu lado. Foram 42 anos de serviços prestados ao SPI e à Funai.

*Afonsinho* nasceu em 1935 numa área rodeada de índios, onde hoje se localiza o município de São Félix do Xingu, no Pará. Seus pais eram agricultores e tiveram sete filhos. Quando o pai morreu, a família se mudou para Altamira, no Pará. O pequeno Afonso deixou a escola no terceiro ano primário para trabalhar e ajudar a família. Não mais voltou a estudar. Um cunhado, Estêvão, trabalhava no SPI e arrumou-lhe um emprego em 1955. *Afonsinho* foi deslocado para um posto caiapó, com a tarefa de ensinar os índios a plantar. Durante catorze anos viveu na área, tornando-se um conhecedor dos índios e dos mistérios da floresta. Um dos contatos ocorreu perto do rio Iriri. Após catorze dias de caminhada na mata, a expedição encontrou os índios em 7 de setembro de 1958. A expedição, disse Afonso, contava com 23 pessoas, mas os índios eram mais de seiscentos.<sup>10</sup> Estes, se quisessem, poderiam massacrar os “civilizados” com facilidade, mas deixaram que eles ficassem perto das malocas por nove dias.

Meses depois do golpe de 1964, Afonso foi transferido para Porto de Moz, para trabalhar no contato com os Kararaô na expedição de que Cotrim participou, liderada

por Osmundo. Após muito caminharem na mata, Afonso viu um grupo de índios escondidos e começou a falar em caiapó. Eles estavam nus e armados de arco e flecha. O único adorno que usavam era um tecido no braço. Segundo Afonso, o mesmo grupo havia massacrado três “civilizados” semanas antes, o que foi a gota d’água para o tenente-coronel Passarinho bancar a expedição. Em resposta aos gritos de *Afonso*, os índios indagaram quem ele era. O sertanista disse ser “um cristão”. Como conhecia outros Kararaô que haviam sido contatados nos anos 1950, passou citar seus nomes em voz alta, o que pode ter convencido os índios de que a expedição vinha em paz. A equipe do SPI passou a distribuir presentes, como facões, machados e miçangas.

*Afonso* disse que dias após o contato as coisas começaram a sair do controle. Um Kararaô de nome Borai brincava com uma arma de fogo quando, por acidente, feriu um trabalhador da base. Como “castigo”, o chefe substituto da Funai na área decidiu levá-lo para um rancho que ficava rio abaixo. Mas ele não sabia que no rancho havia sarampo. O índio, sem saber que estava doente, conseguiu depois voltar por conta própria para a maloca dos Kararaô, em uma canoa emprestada de um colono. “E o sarampo matou eles todinhos. Os que estavam lá, morreu tudo. [...] Quando ele voltou, apareceu o sarampo. Eles estavam sozinhos. O chefe que tomava conta estava aqui em Altamira.”

Assim, *Afonso* confirmou o desfecho do contato narrado por Cotrim — que apenas qualificou de gripe o que teria sido sarampo e apontou outro foco transmissor.

No início da epidemia, *Afonso* se encontrava em Altamira quando começaram a chegar as notícias de que os índios estavam morrendo. O SPI arrumou um avião para o sertanista sobrevoar as malocas. Ele as viu desertas. De volta à cidade, procurou Francisco Meireles para lhe dar a notícia de que os índios ou tinham ido embora ou haviam morrido. Estavam em Altamira *Afonso*, Meireles, o sertanista Orlando Villas Bôas, que viera do Parque do Xingu, e o servidor do SPI que era o responsável pela base de atração, citado por Afonso como sendo Joaquim Gama. O grupo foi de barco à região, mas era tarde demais.

“Quando chegamos lá, o pessoal estava morto. Os Kararaô.”

“O senhor chegou a ver os corpos?”, indaguei.

“Vi. Sei que eram 48. Estavam sendo enterrados dentro de casa. Eles cavaram essas sepulturas dentro de casa mesmo, não fora. Não tinham condições de caminhar, de fazer nada.”

“Eram quantos mortos?”

“Eles eram 48, morreu tudo os 48, ficou só sete [vivos] dos 48, que estavam em Porto de Moz.” O cálculo de Afonso, de 41 mortos, é quase igual ao de Cotrim, que havia contado quarenta. “Morreu tudo. Os que estavam lá morreram tudo. Só um que escapou e os outros saíram pro mato, morreram no mato. Urubu comeu. O urubu foi que comeu eles, o corpo deles.”

Eu disse tanto a *Afonsinho* quanto a Cotrim que não havia localizado nos arquivos da Funai relatório algum de Osmundo ou de Meireles que indicasse esse número de mortos por epidemias entre os Kararaô. Afonso explicou então o que ocorreu na mesma tarde em que as sepulturas dos índios foram encontradas, expondo um segredo de muitas décadas.

O responsável [encarregado da operação] era o Gama. O Villas Bôas chegou a ver as sepulturas. O sr. Orlando disse que não fez [relatório] porque ia prejudicar o seu Meireles. Falou lá que não ia fazer porque ia prejudicar o Meireles. Falou lá, assim, para todo mundo ver.

Embora não tivesse nenhuma culpa direta pelas mortes, Meireles, segundo a compreensão de *Afonsinho* naquele momento, era o responsável geral pela operação de atração dos Kararaô, como vinha fazendo desde os anos 1950 com outros grupos kayapó. Meireles também era o chefe da Inspetoria do SPI no Pará na época da epidemia — cargo que exerceu de setembro de 1964 a novembro de 1967.<sup>11</sup>

O alto cargo ocupado por Meireles explicaria a noção de Orlando de que um relatório negativo poderia criar problemas para o sertanista junto à direção do SPI. Meireles, que segundo *Afonsinho* se tornara alvo de críticas de setores do órgão, de fato acabaria sofrendo uma prisão administrativa, como veremos adiante. Muitos anos depois, o filho de Meireles, Apoena, também relatou que o pai quase foi preso pelos militares logo após o golpe de 1964, tendo sido salvo pela interferência dos irmãos Villas Bôas.<sup>12</sup>

Pessoas que conviveram com Meireles o descrevem como um ardoroso defensor dos índios, que dedicou sua vida a eles, enfrentou condições das mais adversas e morreu na pobreza. As mortes dos Kararaô foram fruto das condições gerais de trabalho do SPI, da carência de dinheiro, de pessoal, de medicamentos e de alimentos. Mas nunca foram registradas em documento, segundo *Afonsinho*, em respeito à carreira de Meireles e por ordem de Orlando.

Os principais estudos sobre o grupo de Kararaô de Porto de Moz foram feitos pelo pesquisador Expedito Coelho Arnaud (1916-92) ainda na década de 1970. Em seus trabalhos, ele também não faz referência direta a nenhum documento do SPI ou da Funai que tenha relatado as quarenta mortes, mas confirma a epidemia e as perdas humanas. Como pesquisadores do Museu Goeldi, Expedito e Ana Rita Alves, ambos então bolsistas do Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPq, tiveram acesso aos relatórios produzidos pela



2ª Inspeção do SPI/Funai e fizeram “entrevistas com sertanistas e com vários outros servidores do órgão”, seus “informantes”.

Na entrevista para este livro, *Afonso* narrou que, junto com a equipe que saiu de Porto de Moz com Meireles e Villas Bôas, seguiram no barco três índios kararaô do mesmo grupo que antes havia sido deslocado para Altamira. Quando chegaram ao local da epidemia, “choraram muito”.

“Mas não disseram nada, não culpavam os ‘civilizados’?”, eu quis saber.

“Não disseram nada, não. Deixaram pra lá. Só fizeram chorar mesmo.”

“E dos que escaparam, há algum vivo?”

“Se acabou. Em Bacajá morreram todos.”

Cotrim disse ter se dado conta de que os contatos com mortes por epidemias mal controladas não eram uma raridade do SPI, na verdade eram muito comuns. Ficou abalado, mas, em vez de desistir, achou que deveria permanecer no trabalho indigenista porque “esse sistema tem que mudar”. Ele nem era funcionário do SPI, mas a partir dali decidiu que, assim que retornasse a Belém, tentaria ser contratado. Na capital paraense, Cotrim passou a frequentar o Museu Goeldi, para ler todo tipo de monografias e relatórios do SPI que falassem sobre contatos e “pacificação” de índios. Queria compreender as razões do horror que presenciara. Histórias semelhantes sucediam ao longo dos anos.

A região de Bacajá foi palco de outro contato do qual participaram *Afonso* e Meireles. Os índios depois seriam definidos como xikrin, outro subgrupo kayapó. Eles haviam atacado seringueiros perto de Altamira e o governo pediu que *Afonso* e Meireles fossem para lá. A data exata desses fatos não é precisa na memória de Afonso — ora ele a situa no final dos anos 1950, ora “com certeza” na época da ditadura. A equipe tinha treze participantes, incluindo cinco Kayapó. Após uma caminhada de vários dias, seguindo uma picada deixada pelos índios, a expedição os encontrou. Devido a um problema na perna, causado pela queda de um cavalo, que o obrigava a manquitar, Meireles foi de barco, pelo rio. Afonso contou 155 índios no primeiro contato. Pouco depois, segundo ele, a equipe do SPI pegou cinco desses índios e os levou para Altamira. Quando regressaram à aldeia, estavam todos doentes de gripe e contaminaram todo o grupo, que se dispersou pela mata e impediu um trabalho de combate à epidemia.

“Aí, pronto, aí morreu [gente]. Ficaram só 95.”

“Então morreram sessenta índios xikrin?”, indaguei.

“Morreram. Isso aí eu vi. Teve dia que amanhecia dois, três mortos. Eu vi lá

no Bacajá. [...] Não tinha medicamentos, morreu quase todo mundo. Quando [Meireles] mandou buscar remédio, era tarde. Altamira mandou enfermeiro, mas já tinham morrido. [...] Eu sepultei quase todo mundo.”

“E nesse caso foi feito um relatório?”

“Não, quem fazia [relatório] era outro colega, o Costa. Não sei [se ele fez]. Não se fazia, não.”

“Por que não se fazia relatório?”, eu quis novamente saber.

“Morria e o pessoal não dava atenção. [...] Não existe documento sobre isso.”